

# Sumário

## CAPÍTULO I

<b>CONTEXTUALIZANDO A NOVA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>61</b>
1. Responsabilidade civil e Constituição: um diálogo necessário .....	61
1.1. Responsabilidade civil e dignidade humana .....	63
1.2. Responsabilidade civil e solidariedade social .....	69
1.3. Responsabilidade civil e igualdade substancial .....	76
2. Outros diálogos: as dimensões atuais da responsabilidade civil .....	82
2.1. Responsabilidade civil e boa-fé objetiva .....	83
2.2. Responsabilidade civil e razoabilidade .....	88
2.3. Responsabilidade civil e direitos fundamentais .....	91
2.4. Responsabilidade civil e autonomia privada .....	94
2.4.1. Tutela da autonomia nas relações patrimoniais .....	96
2.4.2. Tutela da autonomia nas relações existenciais (autodeterminação) .....	98
2.5. Responsabilidade civil e função social .....	104
2.6. Responsabilidade civil e equidade .....	106
3. Responsabilidade civil e novos contextos jurídico-sociais .....	108
3.1. Responsabilidade civil e danos transindividuais .....	108
3.2. Responsabilidade civil e concepção atual de interesse público .....	114
3.3. Responsabilidade civil e superação das dicotomias .....	120
3.4. Responsabilidade civil e hard cases .....	124
3.4.1. A singular importância da jurisprudência na responsabilidade civil .....	126
3.5. Responsabilidade civil e diálogo das fontes .....	128
3.6. Responsabilidade civil e vulnerabilidade .....	131
3.7. Responsabilidade civil e (algumas) questões vinculadas à pandemia .....	136
3.7.1. Pandemia e a responsabilização de agentes públicos .....	137
3.7.2. Pandemia e pedidos de acesso à informação .....	138
3.7.3. Pandemia e prazos de prescrição e decadência .....	139
3.7.4. Pandemia e a questão das vacinas (teoria do risco do desenvolvimento) .....	140

## CAPÍTULO II

<b>FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>143</b>
1. Fundamento da responsabilidade civil: entre o ontem e o hoje .....	143
2. Princípios da responsabilidade civil: buscando alguma clareza .....	144

2.1. Princípio da reparação integral .....	145
2.2. Princípio da proteção prioritária à vítima do dano .....	148
2.3. Princípios da prevenção e precaução (responsabilidade civil e tutela preventiva de direitos) .....	151
2.3.1. A juridicização do conceito de risco: o risco como deflagrador do dever de proteção.....	154
2.3.2. O princípio da proteção (a dimensão preventiva da responsabilidade civil do Estado) .....	156
3. Funções da responsabilidade civil: novas funções, novas polêmicas.....	159
3.1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil .....	160
3.1.1. Função compensatória .....	160
3.1.2. Função punitivo-pedagógica.....	162
3.1.2.1. A função punitiva da responsabilidade civil: existe ou não?.....	163
3.1.2.2. Casos concretos: a indenização punitiva em casos concretos .....	168
3.1.3. Função preventiva .....	173
3.1.3.1. Teoria do desestímulo .....	176

### CAPÍTULO III

## ENTRE O ILÍCITO E A RESPONSABILIDADE CIVIL .....

1. Distinções fundamentais .....	179
1.1. Nem todo ilícito civil gera responsabilidade civil .....	181
1.2. A responsabilidade civil pode resultar de atos lícitos .....	181
2. O ilícito civil na ordem jurídica brasileira .....	183
3. Classificando os ilícitos civis no direito brasileiro.....	185
3.1. Ilícito indenizante.....	186
3.2. Ilícito caducificante.....	186
3.3. Ilícito autorizante.....	188
3.4. Ilícito invalidante .....	190
4. A questão do dano: ilícitos civis sempre causam danos?.....	191
4.1. Ilícitos civis com dano .....	191
4.2. Ilícitos civis sem dano.....	192
4.2.1. O ilícito civil sem dano no CPC .....	194
5. O abuso de direito ou ilícito funcional.....	196
5.1. O ilícito funcional como uma cláusula geral.....	199

### CAPÍTULO IV

## ENTRE O VELHO E O NOVO: FORMAS CLÁSSICAS E ATUAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....

1. O reinado da culpa.....	203
2. Teoria subjetiva ou objetiva da responsabilidade civil? Ambas.....	205
3. A escada histórica da responsabilidade civil.....	206
3.1. Responsabilidade civil subjetiva.....	208
3.2. Responsabilidade civil por culpa presumida .....	212
3.3. Responsabilidade civil objetiva.....	214
3.3.1. Responsabilidade civil objetiva pela teoria do risco.....	215
3.3.2. Responsabilidade civil objetiva pelo abuso de direito .....	222

3.4. Responsabilidade civil objetiva agravada.....	224
4. Responsabilidade civil contratual e extracontratual .....	228
4.1. Tendência atual a superar a dicotomia .....	228
4.2. Situações em que persiste a dicotomia .....	231
4.2.1. Juros de mora .....	232
4.2.2. Prazos prescricionais.....	232
4.3. Tutela da confiança .....	234
4.4. Tutela da informação .....	236
4.4.1. A questão da ausência de medidas preventivas (carelesness) .....	237
4.5. Tutela da cooperação .....	239

## CAPÍTULO V

<b>ENTENDENDO OS DANOS .....</b>	<b>243</b>
1. Em busca de novos modelos de compreensão? .....	243
1.1. A constante reavaliação de quais danos são indenizáveis.....	243
1.1.1. A figura do dano injusto.....	245
1.1.2. A despatrimonialização da compensação do dano.....	247
1.2. Entre avanços e retrocessos .....	249
2. Dano moral: entendendo as dimensões extrapatrimoniais das lesões .....	250
2.1. Um olhar histórico para o dano moral na experiência brasileira .....	251
2.2. Entre danos ressarcíveis (materiais) e danos compensáveis (morais) .....	254
2.2.1. Um caso assustador .....	255
2.3. O direito à compensação moral é transmissível aos herdeiros? .....	256
2.4. A questão da legitimidade ativa dos familiares em caso de dano moral.....	258
2.4.1. Situações em que há legitimidade .....	258
2.4.1.1. Pais em relação a filhos e vice-versa .....	258
2.4.1.2. Cônjuge e companheiros.....	259
2.4.1.3. Irmãos .....	259
2.4.2. Situações que demandam análise contextualizada dos vínculos afetivos.....	261
2.4.2.1. Outras situações: o núcleo familiar em gradações diversas .....	262
2.4.2.1.1. Sobrinhos .....	262
2.4.2.1.2. Noivos e namorados .....	262
2.4.2.1.3. Cônjuge separado de fato .....	263
2.5. Entre o trivial e o grave: os difíceis limites entre o aborrecimento e o dano injusto .....	263
2.5.1. Hipóteses de mero aborrecimento .....	266
2.5.2. Hipóteses que excedem o mero aborrecimento .....	266
2.6. A questão dos danos in re ipsa: uma forte tendência atual em se presumir danos.....	268
2.6.1. Danos que são considerados in re ipsa .....	269
2.6.2. Danos que não são considerados in re ipsa .....	272
2.7. Dano moral pode resultar de inadimplemento contratual? .....	273
2.8. Dano moral e dano estético: cumulação e especificidades.....	275
2.9. Dano moral e solidariedade entre os causadores ou responsáveis pelo dano .....	278
2.10. A questão dos danos morais no extravio de bagagem: mudança de entendimento.....	284
2.11. Dano moral e pessoa jurídica.....	287

2.12. Danos morais coletivos.....	288
2.12.1. Violação a direitos individuais homogêneos pode causar dano moral coletivo?.....	295
2.12.2. A questão da ilicitude lucrativa e os danos morais coletivos .....	295
2.13. Figuras com autonomia conceitual? .....	297
2.13.1. Danos sociais.....	297
2.13.2. Perda da chance: dimensões morais e materiais .....	299
2.13.3. Danos institucionais.....	302
2.13.4. Danos ao tempo como bem jurídico autônomo .....	303
2.13.5. Danos ao projeto de vida.....	305
2.13.6. Danos decorrentes do lucro ilícito ou lucro da intervenção (disgorgement) .....	306
2.14. Outras questões polêmicas.....	308
2.14.1. O problema da vitimização nos danos morais.....	308
2.14.2. Em busca de modos não pecuniários de compensação .....	310
2.14.3. Dano moral e valor de afeição: a perda de animais de estimação.....	312
2.14.4. Dano moral e condenação inferior ao valor pedido: existe sucumbência do autor da demanda? .....	314
2.14.5. Dano moral e prazos prescricionais: a teoria da actio nata objetiva e subjetiva.....	315

## CAPÍTULO VI

<b>QUANTIFICANDO OS DANOS .....</b>	<b>319</b>
1. A dificuldade de quantificar certos danos .....	319
2. Dano moral: uma categoria fundamentalmente jurisprudencial .....	320
2.1. A definição de valores para o dano moral: um eterno problema .....	321
2.2. A ausência de critérios legais .....	324
2.3. Alguns critérios jurisprudenciais para a quantificação dos danos morais.....	325
2.3.1. Gravidade do dano.....	325
2.3.2. Culpa do ofensor .....	326
2.3.3. A conduta da vítima (dever de mitigar o próprio prejuízo).....	328
2.3.4. Irreversibilidade da lesão .....	329
2.3.5. Vedação ao enriquecimento sem causa.....	330
2.3.6. A condição econômica do ofensor e do ofendido .....	330
2.3.6.1. Como a condição econômica das partes influi na quantificação do dano? .....	330
2.3.6.1.1. A condição financeira do ofensor.....	331
2.3.6.1.2. A condição financeira do ofendido.....	332
2.4. Critério bifásico: buscando alguma objetivação na fixação dos valores.....	333
2.5. O STJ, julgando recurso especial, pode alterar valores de dano moral? .....	336
2.6. A função punitivo-pedagógica e sua influência na quantificação dos danos .....	337
2.7. Dano moral: a fixação do mínimo indenizatório.....	340
2.8. Outras questões polêmicas.....	341
2.8.1. Existe princípio que postule a diminuição do valor da indenização com base na situação financeira do ofensor? .....	342
2.8.2. Danífico porque posso pagar? .....	344
2.8.3. A excessiva quantificação do dano como fator (vedado) de inibição da crítica democrática ou da exposição de fatos criminosos .....	345

2.9.	Eventuais descontos e atualização no valor do dano moral .....	345
2.9.1.	Dano moral e correção monetária .....	345
2.9.2.	Dano moral e juros de mora .....	346
2.9.3.	Dano moral e imposto de renda .....	346
2.9.4.	Dano moral e benefício previdenciário.....	347
3.	Dano material .....	347
3.1.	Quantificando o dano material: teoria da diferença.....	347
3.2.	Espécies clássicas de dano material .....	348
3.2.1.	Danos emergentes (danos positivos) .....	348
3.2.2.	Lucros cessantes (danos negativos) .....	349
3.3.	Fator determinante da indenização: extensão do dano (Código Civil, art. 944) ....	349
3.3.1.	Exceção legal: desproporção entre dano e culpa (dano grave e culpa leve).....	350
3.4.	Danos indenizáveis e não indenizáveis.....	351
3.4.1.	Danos indenizáveis.....	351
3.4.1.1.	Danos diretos e indiretos .....	351
3.4.1.2.	Danos atuais e futuros.....	352
3.4.2.	Danos não indenizáveis.....	354
3.4.2.1.	Danos hipotéticos .....	354
3.5.	O dano é essencial à responsabilidade civil? .....	355
3.5.1.	Posição tradicional.....	355
3.5.2.	Discussões contemporâneas.....	356
3.5.2.1.	Nossa posição .....	356
3.6.	Questões variadas relacionadas à pensão por dano material .....	358
3.6.1.	Dano presumido: morte de filho menor em família de baixa renda .....	358
3.6.1.1.	CrITÉRIOS jurisprudenciais para a pensão nessa hipótese .....	359
3.6.2.	Outras situações relativas à pensão por dano material.....	359
3.7.	O ônus da prova do dano é sempre da vítima? .....	360

## CAPÍTULO VII

### **NEXO CAUSAL: ENTRE TEORIAS DE ONTEM E COMPREENSÕES DE HOJE**.....

1.	Contextualizando o nexo causal .....	361
2.	As difíceis questões do nexo causal: um tormento para os autores.....	362
3.	A visão tradicional .....	363
3.1.	O art. 403 do Código Civil: breves críticas .....	363
3.2.	Como enxergar o nexo causal?.....	364
3.2.1.	Concepção tradicional: vínculo fático .....	364
3.2.2.	Concepção contemporânea: vínculo jurídico .....	364
3.3.	Que teoria adotamos em relação ao nexo causal?.....	365
3.4.	Quer a verdade? “Escolha uma teoria e decida como quiser”.....	366
3.5.	Causas e condições do dano: distinção .....	367
4.	Nexo causal nas ações e nexo causal nas omissões .....	368
4.1.	Causalidade naturalística e causalidade normativa.....	369
4.2.	O nexo causal por omissão na jurisprudência do STF: um exemplo de idas e vindas .....	370

5. As visões atuais .....	372
5.1. A relevância do bem jurídico lesado pode impor novas releituras do nexo causal.....	373
5.2. O nexo causal não é um elemento neutro: há juízos de valor no nexo causal .....	374
5.3. Flexibilização e presunção do nexo causal.....	376
5.3.1. Distinguindo flexibilização de presunção do nexo causal.....	377
6. Das categorias fechadas aos modelos flexíveis .....	378
6.1. A irrelevância funcional das teorias clássicas.....	380
6.2. As compreensões atuais sobre o tema: linhas de tendência .....	381

## CAPÍTULO VIII

### **EXCLUDENTES DE ILICITUDE E EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL** .....

1. Uma distinção necessária .....	385
2. Excludentes de ilicitude.....	385
2.1. Estado de necessidade.....	386
2.1.1. Possibilidade de indenização equitativa .....	387
2.1.2. Estado de necessidade quando a pessoa lesada é a culpada pelo perigo.....	387
2.2. Legítima defesa.....	388
2.2.1. Legítima defesa de terceiros.....	389
2.2.2. Legítima defesa putativa.....	389
2.3. Exercício regular de direito.....	390
2.3.1. Eventuais abusos podem ser considerados na quantificação dos danos .....	391
2.4. Estrito cumprimento do dever legal .....	392
3. Excludentes de responsabilidade civil.....	393
3.1. Caso fortuito ou força maior.....	394
3.1.1. O caso fortuito ou força maior nas relações de consumo .....	394
3.1.2. O caso fortuito ou força maior na responsabilidade civil do Estado.....	395
3.1.3. Caminhando em direção a filtro mais severo na aceitação das excludentes .....	397
3.1.4. Perguntas que perderam a relevância.....	397
3.1.4.1. O dano era imprevisível?.....	397
3.1.4.2. O dano era inevitável?.....	398
3.1.5. Irrelevância da distinção entre caso fortuito e força maior.....	398
3.1.5.1. Distinção atualmente relevante.....	399
3.1.5.1.1. Fortuito interno.....	399
3.1.5.1.2. Fortuito externo.....	401
3.1.5.1.2.1. A análise do contexto do dano .....	402
3.1.5.2. A análise dos riscos da atividade: a questão da esfera de risco.....	403
3.2. Fato exclusivo da vítima (culpa exclusiva da vítima) .....	407
3.2.1. E se ofensor e vítima contribuíram para o dano? .....	407
3.3. Fato de terceiro .....	409
3.3.1. A questão do fato de terceiro: novas compreensões do problema .....	410
3.3.1.1. O fato de terceiro no direito ambiental .....	410
3.3.1.2. O fato de terceiro no direito do consumidor .....	411

3.3.1.2.1. O fato de terceiro e a atividade das instituições financeiras .....	411
3.3.1.2.2. O fato de terceiro e as empresas de transporte .....	412
3.3.1.2.3. O fato de terceiro e os laboratórios: o caso da pílula de farinha.....	413
3.3.1.2.4. O fato de terceiro e o dano sofrido pelo consumidor em hamburgueria.....	414
3.3.1.2.5. O fato de terceiro e os <i>shopping centers</i> .....	415
3.3.1.3. O fato de terceiro e a responsabilidade civil do Estado.....	415
3.3.1.3.1. A realidade supera a imaginação: o caso da comida envenenada.....	416
3.3.1.4. O dano foi causado exclusivamente pelo terceiro? .....	417

## CAPÍTULO IX

### RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO AMBIENTAL .....

1. Perfil da responsabilidade civil ambiental no Brasil .....	419
2. Novos olhares para o nexo causal em matéria ambiental e a questão do responsável indireto.....	422
3. Transformações nos deveres jurídico-ambientais .....	425
3.1. A questão da omissão no dever de controle e fiscalização estatal.....	428
4. Compreendendo o dano ambiental.....	431
4.1. Danos sem autoria claramente configurada.....	431
4.2. Danos, em regra, irreversíveis e sem lógica linear: lidando com prevenção e precaução.....	434
4.3. Danos com vítimas socialmente dispersas.....	436
4.4. Danos intergeracionais .....	439
4.5. Danos com notas necessariamente extrapatrimoniais: titularidade difusa.....	440
4.6. Danos cuja licitude da atividade é irrelevante .....	441
4.7. Danos cujos limites de tolerabilidade são analisados no caso concreto .....	441
4.8. Danos de quantificação sabidamente difícil.....	442
4.9. Danos que compreendem o ambiente natural e artificial.....	444
4.10. Danos que aceitam inversões probatórias .....	445
4.11. Danos que aceitam flexibilizações e até presunções do nexo causal .....	448
4.12. Danos que aceitam outras teorias da causalidade .....	450
4.13. Danos que lidam com a probabilidade, não apenas com a certeza .....	451
4.14. Danos que aceitam a responsabilidade solidária do ofensor indireto.....	452
4.15. Danos imprescritíveis .....	455
4.16. Danos que dialogam intimamente com os riscos: o risco de dano autoriza medidas prévias?.....	456
4.17. Danos que exigem progressiva participação democrática nos mecanismos decisórios.....	457

## CAPÍTULO X

### RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....

1. Responsabilidade civil do Estado: uma visão atual .....	459
2. Breve resumo do perfil da responsabilidade civil do Estado no Brasil.....	461
3. Posição peculiar da ordem jurídica brasileira na matéria .....	469

4. Deveres atuais do Estado: indo além da abstenção (não basta deixar de violar, é preciso proteger) .....	470
5. As novas visões do direito administrativo: do súdito ao cidadão .....	471
5.1. As três fases históricas .....	474
5.2. A quarta e nova fase: o Estado como garantidor dos direitos fundamentais .....	475
5.3. Atos de império e atos de gestão: distinção superada .....	476
6. Quem é agente público? .....	478
6.1. A amplitude conceitual da palavra “agentes” .....	478
6.2. A questão do dano fora das funções: análise de contextos .....	481
6.3. A questão do “funcionário de fato” e a proteção da confiança legítima .....	483
6.4. A questão do abuso no exercício das funções .....	484
6.5. Contra quem pode ser proposta a ação? Apenas contra o Estado ou é possível ação direta contra o agente público? .....	487
6.6. Ação de regresso: algo raro entre nós .....	489
6.6.1. O caráter indisponível da ação de regresso: dever estatal .....	490
6.6.2. A partir de quando pode ser proposta a ação de regresso? .....	493
6.6.3. Há prazo prescricional para a ação de regresso? .....	493
6.6.4. <i>Overruling</i> : a nova compreensão do STF sobre o tema .....	494
6.7. Pandemia e responsabilização de agentes públicos .....	495
7. A responsabilidade civil do Estado por omissão .....	496
7.1. Responsabilidade objetiva na omissão .....	497
7.2. Responsabilidade subjetiva na omissão .....	500
7.2.1. Omissão genérica e omissão específica .....	502
7.2.1.1. Omissão genérica .....	503
7.2.1.2. Omissão específica .....	503
7.2.2. O Estado tinha o dever de evitar o dano? .....	504
8. Responsabilidade objetiva das empresas privadas prestadoras de serviços públicos ...	507
8.1. Concessionárias .....	508
8.1.1. As concessionárias respondem pelos atos de assédio sexual ocorridos em metrô? .....	509
8.2. Delegatárias .....	510
8.2.1. Responsabilidade civil dos notários e registradores .....	510
8.3. Permissionárias .....	514
8.4. O que são serviços públicos? .....	515
8.4.1. Atividade econômica ou serviço público? .....	516
8.4.2. Atividades de educação e saúde são serviços públicos nos termos do art. 37, § 6º? .....	518
8.4.3. O CDC se aplica aos usuários de serviços públicos? .....	519
9. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciários .....	521
9.1. Responsabilidade civil por atos legislativos .....	521
9.1.1. Leis inconstitucionais .....	522
9.1.2. Leis constitucionais .....	523
9.2. Imunidade parlamentar abrange a responsabilidade civil? .....	524
9.2.1. Se o parlamentar não responde, o Estado pode responder? .....	525
9.3. Responsabilidade civil e omissão legislativa: há dever de legislar? .....	526
9.4. Responsabilidade civil por atos judiciários .....	528
9.4.1. Prisão preventiva de inocente gera dano moral? .....	530

9.4.2. Prisões indevidas: quem deve suportar o ônus da privação da liberdade?.....	532
9.4.3. A questão do cumprimento da pena de prisão em situação degradante: a posição do STF.....	533
10. Prescrição: polêmicas e definições.....	535
11. A questão da denunciação da lide.....	536

## CAPÍTULO XI

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO</b> .....	539
1. Consumidor: uma palavra mais ampla (olhando para o passado, olhando para o futuro).....	539
2. Contextualizando o CDC.....	541
2.1. O CDC como um microsistema legislativo.....	541
2.2. O que são normas de ordem pública e interesse social?.....	542
2.3. Autonomia e heteronomia.....	544
2.4. O CDC como uma “lei de função social”.....	546
3. Características do CDC.....	548
3.1. Normas principiológicas.....	548
3.2. Vocação de expansão.....	550
3.3. Diálogo das fontes.....	552
4. Relação jurídica de consumo.....	553
4.1. Os sujeitos.....	554
4.2. Identificando consumidor e fornecedor.....	554
4.2.1. A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras.....	555
4.2.1.1. Situações em que o STJ não aplica o CDC.....	555
4.2.1.2. Situações em que o STJ aplica o CDC.....	558
4.2.2. O fornecedor.....	562
4.2.2.1. Os profissionais liberais são fornecedores de serviços?.....	563
4.2.2.2. Os serviços prestados por advogados estão sujeitos ao CDC?.....	564
4.3. Teorias maximalista e minimalista.....	565
4.4. Compreendendo a expressão “destinatário final”.....	566
4.4.1. Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final”.....	567
4.5. A pessoa jurídica como consumidora.....	569
4.5.1. Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções.....	569
4.5.2. Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica.....	570
4.6. Consumidor por equiparação (bystander).....	571
4.6.1. Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo.....	573
4.7. Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC.....	574
4.7.1. Exceção: juros de mora.....	575
4.7.1.1. Responsabilidade contratual.....	575
4.7.1.2. Responsabilidade extracontratual.....	575
4.7.2. Prazos prescricionais nas responsabilidades contratual e extracontratual, segundo o STJ.....	575
5. Responsabilidade civil nas relações de consumo.....	576
5.1. Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço.....	577
5.1.1. Vício do produto.....	578
5.1.2. Vício do serviço.....	581

5.2. Fato do produto.....	581
5.2.1. Fato do serviço.....	583
5.2.1.1. Uma compreensão restrita dos riscos: proteção apenas para algumas vítimas.....	585
5.3. Perigo intrínseco.....	586
5.4. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor.....	587
5.5. Comerciante: responsabilidade solidária ou subsidiária?.....	588
5.6. Teoria do risco do desenvolvimento.....	589
6. Prescrição e decadência no CDC.....	593
6.1. Decadência (vício do produto ou serviço).....	593
6.1.1. Vício aparente.....	594
6.1.2. Vício oculto.....	594
6.1.3. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual.....	595
6.1.4. Causas que suspendem a decadência.....	595
6.2. Prescrição (fato do produto ou serviço).....	596
6.2.1. Quando se inicia a contagem do prazo prescricional?.....	597
6.2.1.1. A teoria da actio nata.....	597
6.3. Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor.....	598
7. Desconsideração da personalidade jurídica.....	599
7.1. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la.....	599
7.2. Desconsideração da personalidade sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.....	600
7.3. Teoria maior e teoria menor da desconsideração.....	600
7.3.1. Teoria maior.....	600
7.3.2. Teoria menor.....	601
7.4. Desconsideração inversa.....	603
8. A publicidade nas relações de consumo.....	604
8.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária.....	605
8.2. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo.....	607
8.3. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias.....	608
8.4. Publicidade enganosa.....	609
8.4.1. Publicidade enganosa por omissão.....	610
8.4.2. A questão do recall.....	611
8.4.3. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro.....	612
8.5. Publicidade abusiva.....	613
8.6. A força vinculante da publicidade.....	614
8.7. O ônus da prova na comunicação publicitária.....	615
8.8. A contrapropaganda.....	615
8.9. A publicidade feita por influenciadores digitais.....	616
9. Práticas abusivas.....	618
10. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ridículo.....	619
11. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago (CDC, art. 42, parágrafo único).....	620
11.1. É preciso provar a má-fé do fornecedor para incidência do art. 42 do CDC?.....	621
11.2. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormente declarada nula enseja devolução em dobro?.....	622

11.3. É preciso que tenha havido o pagamento pelo consumidor para incidência do art. 42 do CDC?.....	622
12. Banco de dados e cadastros de consumidores.....	623
12.1. Limite temporal para as informações negativas: 5 anos.....	624
12.2. Termo inicial da contagem dos 5 anos.....	624
12.3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor (e dever de indenizar na sua ausência).....	624
12.3.1. De quem é o dever de comunicação?.....	625
12.3.2. É suficiente a prova do envio da comunicação?.....	626
12.3.3. A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de reprodução de dados existentes em banco de domínio público?.....	626
12.4. De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida?.....	627
12.5. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita?.....	628
12.6. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo.....	629
12.6.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto.....	629
12.6.2. Há dano moral se já havia inscrição anterior?.....	629
12.6.3. Valores de indenização.....	630
12.6.4. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida.....	630
12.6.5. Prazo prescricional.....	631
12.7. Bancos de dados contra os maus fornecedores.....	631
13. Breves noções sobre o superendividamento.....	632

## CAPÍTULO XII

### RESPONSABILIDADE CIVIL E **IMPrensa**: DANOS E LIBERDADES COMUNICATIVAS .....

635

1. Liberdades comunicativas: liberdade de informar e de ser informado como direito fundamental.....	635
1.1. As múltiplas fontes de informação: interações em rede.....	637
2. Critérios hermenêuticos: definindo alguns passos.....	638
2.1. As liberdades comunicativas devem encontrar limites prévios ao seu exercício?.....	639
2.2. Os abusos, quando configurados, são ilícitos.....	640
2.3. A sátira e o humor, mesmo quando incisivos, devem ser admitidos.....	641
2.4. O direito de resposta como tutela específica.....	643
2.4.1. A lei do direito de resposta (Lei n. 13.188/2015).....	644
2.5. Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?.....	646
2.5.1. A responsabilidade subjetiva (doutrina da actual malice).....	646
2.5.2. A questão da solidariedade.....	648
3. Contextualizando o uso da imagem alheia.....	649
3.1. Violação à imagem com ou sem violação à honra: diferenciações.....	649
3.2. O uso da imagem alheia e a questão do eventual proveito obtido.....	650
3.3. Autorizações para uso da imagem: interpretação restrita.....	651
3.3.1. Consentimento para captação não é consentimento para publicação.....	652
3.4. Fotos de multidões e direito à imagem.....	653
3.5. Imagens de crianças e adolescentes.....	654
3.6. Direito à imagem e a condição social do ofendido.....	655
4. Deveres gerais da imprensa.....	655
4.1. Dever de veracidade.....	656

4.1.1. Exige-se da imprensa o grau de certeza da prova judicial? .....	656
4.2. Dever de pertinência .....	657
4.2.1. A questão do false light: o dever de contextualizar as imagens.....	658
4.3. Dever de cuidado.....	659

## CAPÍTULO XIII

### RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITOS DA PERSONALIDADE.....

1. As (muitas) conexões possíveis entre a responsabilidade civil e os direitos da personalidade.....	661
2. Os passos históricos dos direitos da personalidade: contrapondo a dignidade ao horror.....	663
3. O conceito atual de pessoa: indo além do formalismo .....	665
3.1. A questão das escolhas existenciais fundamentais .....	667
4. Compreendendo os direitos da personalidade .....	668
4.1. Características e a questão da dupla inerência.....	668
4.2. Distinguindo direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	671
4.3. Compreendendo as integridades física, moral e intelectual.....	673
4.3.1. Direito à integridade física.....	676
4.3.1.1. A questão da exigência médica e a autodeterminação corporal ....	677
4.3.1.2. A questão do consentimento informado.....	678
4.3.1.3. A questão dos transplantes: entre vivos e após a morte do doador .....	681
4.3.1.4. A questão da recusa de consciência x transfusão de sangue.....	682
4.3.1.5. A questão dos danos à pessoa morta e os lesados indiretos.....	684
4.3.1.6. A questão da mudança de sexo e mudança no registro (e a aceitação do gênero neutro) .....	685
4.3.1.7. A questão da tatuagem e a teoria da desigualdade justificada....	686
4.3.2. Direito à integridade psíquica (moral).....	688
4.3.2.1. Direito à imagem.....	689
4.3.2.1.1. O caráter autônomo do direito à imagem .....	690
4.3.2.1.2. O caráter uno do direito à imagem.....	690
4.3.2.1.3. O caráter in re ipsa do direito à imagem.....	690
4.3.2.1.4. A análise da função social da imagem .....	691
4.3.2.1.5. Parâmetros de ponderação.....	692
4.3.3. Integridade intelectual .....	695
4.3.3.1. Direitos patrimoniais do autor.....	696
4.3.3.2. Direitos extrapatrimoniais do autor .....	697
5. Questões atuais e polêmicas acerca dos direitos da personalidade .....	698
5.1. Biografias não autorizadas .....	699
5.2. Hate speech .....	702
5.3. Liberdades comunicativas e fake news.....	704
5.4. Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades .....	706
5.5. Os animais podem ser considerados sujeitos de direito no século XXI?.....	709
5.5.1. O olhar sobre o tema em outros países .....	711
5.6. Direitos de personalidade e pessoas jurídicas: como compatibilizar? .....	712

5.7. Deveres de proteção por parte do Estado: uma teoria em construção.....	713
6. A opção prioritária pela tutela preventiva .....	716
6.1. Cláusula geral ou <i>numerus clausus</i> ? Os direitos da personalidade como uma categoria aberta .....	717
6.2. A tutela (atual) da personalidade: indo além da tutela ressarcitória .....	718
6.3. O <i>bullying</i> e a tutela preventiva.....	719

## CAPÍTULO XIV

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E INTERNET</b> .....	721
1. Direito privado e novas tecnologias: um breve olhar.....	721
1.1. Um tempo de transformação: do mundo físico-convencional para o mundo digital .....	727
1.2. Algumas características da internet .....	728
1.2.1. Os crescentes danos digitais.....	730
1.2.2. A questão do <i>cyberbullying</i> .....	731
1.2.3. A questão do <i>Revenge porn</i> .....	732
1.2.4. As questões relativas ao comércio eletrônico .....	733
1.2.5. Outros danos.....	734
2. Danos e ações ou omissões dos provedores: aplicação das regras tradicionais? Aplicação da teoria do risco? .....	734
2.1. Uma distinção necessária: danos causados pelo próprio provedor e danos causados por usuários.....	735
2.1.1. Danos causados por usuários: responsabilidade subjetiva agravada do provedor?.....	736
2.2. Há dever do provedor de fiscalizar previamente os conteúdos postados? .....	736
2.3. É dever da vítima fornecer informações precisas sobre o endereço eletrônico (URL) onde estão postadas ofensas? .....	737
2.4. Dever de retirar imediatamente o material moralmente ofensivo.....	738
2.4.1. Termo inicial da responsabilidade solidária do provedor .....	738
3. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).....	739
3.1. STF e redes sociais: o julgamento do STF em 2025.....	742
4. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) .....	746
5. Responsabilidade civil e inteligência artificial .....	750
6. Um olhar para o futuro do dinheiro (e não só dele): vivendo entre <i>blockchains</i> e <i>criptomoedas</i> .....	752
6.1. <i>Blockchain</i> .....	753
6.2. <i>Bitcoin</i> .....	754
6.3. <i>Ethereum</i> e outras <i>criptomoedas</i> .....	755
6.4. Finanças descentralizadas ( <i>DeFi</i> ) .....	756
6.5. <i>Smart contracts</i> .....	757
6.6. <i>NFTs</i> .....	758
6.7. <i>Stablecoins</i> .....	758
7. O direito civil digital no Projeto de Reforma do Código Civil.....	759

## CAPÍTULO XV

<b>HIPÓTESES PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL</b> .....	763
1. Responsabilidade civil por ato de outrem .....	763

1.1. O risco como fundamento da responsabilidade por ato de outrem .....	766
1.1.1. Responsabilidade civil dos pais pelos danos causados por filhos menores .....	767
1.1.1.1. Só os pais que detêm a guarda respondem civilmente? .....	769
1.1.2. Responsabilidade dos tutores e curadores .....	771
1.1.3. Responsabilidade dos empregadores .....	773
1.1.4. Responsabilidade dos estabelecimentos educacionais .....	779
1.1.4.1. Quem responde e em qual extensão? .....	780
1.1.5. Responsabilidade dos hotéis e estabelecimentos análogos .....	783
1.1.5.1. Danos causados a hóspedes .....	784
1.1.5.2. Danos causados a funcionários do hotel .....	785
1.1.5.3. Danos causados a terceiros .....	786
1.1.6. Responsabilidade decorrente dos produtos do crime .....	786
2. Responsabilidade civil pelo fato da coisa .....	786
2.1. Danos decorrentes de animais .....	789
2.2. Danos decorrentes de edifício ou construção .....	793
2.3. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios .....	794
2.3.1. A questão da queda anônima .....	795
2.3.2. Danos decorrentes da queda de pessoas de prédios .....	797
2.4. Danos decorrentes de veículos (e a teoria da guarda da coisa) .....	798

## CAPÍTULO XVI

### RESPONSABILIDADE CIVIL E INCAPAZES .....

1. Danos sofridos por incapazes e danos causados por incapazes .....	803
1.1. Danos causados por incapazes .....	803
1.1.1. Da irresponsabilidade à responsabilidade .....	804
1.1.1.1. Indenização subsidiária e equitativa (Código Civil, art. 928) .....	805
1.1.2. Existe direito de regresso contra descendente incapaz? .....	807
1.1.3. A questão dos filhos maiores que moram com os pais .....	808
1.1.4. A responsabilidade civil dos pais pelos danos causados pelo filho maior esquizofrênico .....	811
1.1.5. A responsabilidade negocial do relativamente incapaz .....	811
1.1.6. Os incapazes e o Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	812
1.1.7. Incapazes e LGPD .....	813
1.2. Danos sofridos por incapazes .....	821
1.2.1. Incapaz sofre dano moral? .....	821
1.2.1.1. A natureza jurídica in re ipsa dos danos morais sofridos por incapazes .....	823
1.2.2. Dano moral coletivo e incapazes .....	823
1.2.3. O crescente respeito ao discernimento dos adolescentes .....	823

## CAPÍTULO XVII

### RESPONSABILIDADE CIVIL E RELAÇÕES FAMILIARES .....

1. Mudança ou revolução? .....	825
2. A questão do abandono afetivo .....	832
3. A questão Da alienação parental .....	835

4. A questão do rompimento de noivado.....	837
5. Mentiras que duram décadas: ofensa aos deveres de lealdade.....	838
6. Ilícitos civis e relações familiares.....	839
7. Proteção de dados e imagem de crianças e adolescentes no âmbito das relações familiares.....	842

## CAPÍTULO XVIII

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E TRANSPORTE DE PESSOAS.....</b>	<b>849</b>
1. Contextualização.....	849
1.1. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade.....	850
1.2. Aplicação do CDC ao contrato de transporte.....	852
1.2.1. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar.....	852
1.3. Entendendo quem são as vítimas.....	853
2. A questão do dano causado por terceiro: a empresa de transporte responde civilmente?.....	855
2.1. Dano conexo ao transporte (fortuito interno).....	855
2.2. Dano desconexo ao transporte (fortuito externo).....	856
2.2.1. Uma brevíssima análise crítica.....	858
3. Transporte gratuito ou de mera cortesia.....	859
4. A questão do transporte de mercadorias.....	862

## CAPÍTULO XIX

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL.....</b>	<b>865</b>
1. Entre o velho e o novo.....	865
2. Responsabilidade civil médica: contextualização.....	865
3. A aplicação do CDC à responsabilidade civil médica: consequências jurídicas.....	871
4. A questão da culpa na responsabilidade civil médica.....	874
5. Boa-fé objetiva e responsabilidade civil médica.....	878
5.1. A relevância do dever de bem informar.....	880
6. A questão do nexo causal na responsabilidade civil médica.....	881
7. A questão da responsabilidade civil dos hospitais.....	884
8. Outras questões.....	887
8.1. A questão da perda da chance na responsabilidade civil médica.....	887
8.2. A questão do consentimento informado.....	889
8.3. A questão do erro de diagnóstico.....	891
8.4. A questão das obrigações de meio e de resultado.....	892
8.4.1. Obrigações de meio.....	893
8.4.2. Obrigações de resultado.....	893
8.4.3. Outras hipóteses.....	894
8.4.3.1. Procedimentos de natureza mista.....	896
8.5. A questão dos seguros de responsabilidade civil.....	897
9. Responsabilidade civil dos advogados.....	898

## CAPÍTULO XX

<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E VIOLÊNCIA URBANA.....</b>	<b>905</b>
---	------------

1. Uma breve contextualização.....	905
1.1. O padrão mental convencional .....	907
1.2. Que perguntas podemos fazer?.....	908
2. A segurança como tarefa fundamental do Estado: a teoria dos deveres de proteção..	913
2.1. Em busca de novos níveis de eficiência da atividade estatal?.....	916
3. O modelo conceitual da responsabilidade objetiva agravada.....	917
4. Mudando a direção do olhar: buscando novas dimensões de análise .....	920
5. Um olhar para a jurisprudência.....	922
5.1. O olhar tradicional .....	923
5.2. Os novos olhares .....	923
6. Análise específica de situações.....	926
6.1. Algumas vítimas são juridicamente protegidas; outras, não .....	926
6.2. Um exemplo simbólico e frequente: assaltos e danos sofridos em ônibus .....	927
6.3. Como estão sendo decididos os casos?.....	928
6.3.1. Cidadão x empresas de ônibus .....	928
6.3.2. Cidadão x empresas concessionárias de rodovias .....	929
6.3.3. Cidadão x empresas de metrô ou trem.....	930
6.3.4. Cidadão x empresas de valet (manobristas) .....	931
6.3.4.1. Cabe distinguir dano oriundo de roubo e dano oriundo de furto? .....	931
6.3.5. Cidadão x bancos: (responsabilidade inclusive por danos em frente à agência em certos casos).....	932
6.3.5.1. Outras hipóteses: assaltos em caixas-eletrônicos .....	933
6.3.6. Cidadão x <i>Shoppings</i> .....	933
6.3.7. Cidadão x empresas de estacionamento .....	935
6.3.7.1. Outros modos de estacionamento.....	936
6.3.8. Cidadão x cadeias de lanchonetes (assaltos em drive-thru e outros) .....	937
6.3.9. A questão das balas perdidas.....	937
6.3.9.1. Se houver a participação de agente estatal na troca de tiros, o Estado responde .....	938
6.3.9.2. Se houver a participação de seguranças privados contratados pelas empresas, estas respondem .....	939

## CAPÍTULO XXI

### RESPONSABILIDADE CIVIL E MUDANÇAS LEGISLATIVAS:

#### COMENTÁRIOS SOBRE A REFORMA DO **CÓDIGO CIVIL** .....

1. Reformas legislativas e responsabilidade civil: uma breve palavra .....	941
2. Interpretando e contextualizando as propostas legislativas.....	949

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	1047
---------------------------	------